



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



Conferência Internacional

O FUTURO DA AGENDA GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO: visões para a CPLP

Fundação Calouste Gulbenkian

17 de outubro de 2013

Nota de Síntese

A Conferência Internacional “O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões para a CPLP” contou com a participação de um vasto leque de personalidades do mundo académico e institucional e constituiu um momento de inspirada partilha de experiências e análises sobre os constrangimentos e oportunidades da futura agenda de desenvolvimento no espaço da CPLP. A diversidade dos participantes espelhou a multiplicidade de perspetivas e olhares deste espaço, contribuindo para enriquecer o conhecimento sobre os desafios comuns e específicos que enfrentamos. Foi um dia intenso de discussão que envolveu, de forma ativa, os oradores convidados e uma vasta e atenta audiência que marcou presença ao longo das várias sessões.

Ao longo das diferentes intervenções foram sendo focados vários aspetos muito relevantes, dos quais se destaca a necessidade de transformações profundas e o enfoque nas questões das desigualdades no centro dos desafios do desenvolvimento.

Outros aspetos recorrentes foram i) a constatação da necessidade de usar os indicadores de forma crítica, com profundidade analítica e não apenas como meras estatísticas, mas olhando a qualidade do que estes números traduzem; ii) a ideia de apropriação da agenda do desenvolvimento por parte de todos os atores interessados, cidadãos, sociedade civil, fundações e setor público e privado.

Ao longo do dia foram mencionados vários exemplos de sucesso dos ODM, bem como o seu efeito mobilizador e catalítico, mas também as suas falhas e aspetos a serem melhorados na nova agenda global de desenvolvimento.

O desafio prende-se com a forma de criação de indicadores universais e globalmente aceites quando os contextos a aplicar são tão diferentes e, sobretudo, como incluir de forma prática a agenda de desenvolvimento sustentável aplicada a todos, na agenda da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Dados do Banco Mundial mostram que a pobreza extrema tem caído nos países em desenvolvimento, no entanto, os desafios permanecem elevados, nomeadamente nas economias de baixa renda, havendo sobretudo desempenhos diferenciados que limitam a capacidade de tecer receitas globais. Os ODM conseguiram alguns passos no sentido da articulação entre abordagens até então desgarradas e devemos prosseguir na crescente articulação entre os vários setores.



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



A experiência do Brasil mostra que é possível a redução pronunciada do grau de desigualdades no rendimento *per capita*, através de uma forte dinâmica no mercado de trabalho e da aposta em transferências condicionadas de rendimento, as quais criaram novas dinâmicas de oferta e procura, a emergência de uma nova classe média e mais respostas a serviços básicos como a saúde, educação, transporte e segurança.

Os casos de Angola e Moçambique evidenciaram a necessidade de transformação estrutural ao nível económico e social e as dificuldades em conciliar o longo e curto prazo nas políticas implementadas. Nem o curto prazo pode ser gestão *ad hoc* de crises, nem o longo prazo pode ser apenas enunciado de ideias gerais.

A diversificação da economia, orientada para as necessidades de emprego e, sobretudo, a atenção ao chamado “emprego vulnerável” revelam-se fundamentais para o combate à pobreza e desigualdade.

Constata-se, também, a necessidade de distinguir indicadores assentes em medidas de crescimento como o Produto Interno Bruto (PIB), de indicadores de desenvolvimento humano, como enfatizado pelo representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Daqui resulta a importância de olhar para a dimensão política que está inerente a esses processos para além dos indicadores técnicos isolados. Também é fundamental um olhar analítico que permita desmontar os indicadores de desempenho nas suas implicações qualitativas. O índice de GINI (utilizado para calcular a desigualdade na distribuição de rendimento) foi referência presente em praticamente todos os casos mencionados por ser um índice revelador e frequentemente esquecido.

A pergunta “a quem se destinam as políticas e os seus efeitos” marcou várias intervenções, desde as mais centradas nas desigualdades sociais (à escala dos indivíduos e sociedades e à escala global) mas também nas centradas nos processos de paz e segurança, devendo tal questão guiar os processos de monitorização e responsabilização dos compromissos futuros.

O exemplo da situação da Guiné-Bissau ilustra os desafios decorrentes das tensões entre soberania e direitos humanos, das questões internas e questões universais e do problema da responsabilização pelos avanços e recuos.

De Timor-Leste veio uma mensagem de esperança e confiança nos incrementos dos processos de decisão quando os próprios países ou indivíduos são envolvidos nos processos. A criação dos G7+, ou seja, de um grupo que represente os países em situação mais carenciada e vulnerável, trouxe uma capacidade de interlocução na arena internacional, um exemplo útil de como a unidade de posições traz maior voz internacional.

Questões de semântica de classificação da fragilidade dos Estados foram problematizadas, entre conceções mais críticas e analíticas, e outras mais pragmáticas, mas todas enfatizaram a necessidade



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



de pensar “fora da caixa” e manter uma atitude crítica e determinada. As próprias alterações no sistema internacional apelam a uma mudança na tradicional visão compartimentada entre Estados frágeis e os “outros”, assim como o esbatimento de outras categorias redutoras. As tensões entre soberania nacional e responsabilidade internacional pelos direitos humanos levantam dilemas de difícil resolução a que não são facilmente aplicáveis fórmulas universalizantes.

Apesar do clima internacional incerto, com alterações no peso relativo dos doadores tradicionais, as questões do financiamento foram abordadas de forma otimista e criativa e encaradas como a base material que permite dar corpo às aspirações apontadas pelos vários oradores. A questão das desigualdades reflete-se também na necessidade de assegurar mecanismos justos de tributação num futuro tendente à diversificação das fontes de financiamento, designadamente internas pela via fiscal.

O caso de Cabo Verde ilustrou a forma como a criatividade, empenho e confiança podem transformar situações adversas em oportunidades. A graduação a país de rendimento médio foi vista inicialmente como motivo de apreensão, mas catapultou as autoridades num movimento estratégico de conceção de uma visão própria de desenvolvimento. Essa visão confere também a segurança para resistir a pressões do sistema internacional e bater-se pelas condições que permitam implementar tal visão.

Foi lembrado que o financiamento não acontece em abstrato e que é urgente fazer o dinheiro corresponder às vidas das pessoas e às suas atividades. Para isso é importante a racionalização dos recursos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que serão cada vez mais reduzidos e terão que ser utilizados com formas inovadoras e eficazes de parcerias entre vários setores. A agenda de transformação assume-se como central na manutenção de fontes de financiamento, sendo que o “business as usual” ou a reciclagem da APD já não funcionam.

O caso de São Tomé e Príncipe mostrou a necessidade de, a par dos esforços de redução da pobreza, se insistir no desenvolvimento sustentado, garantindo financiamento e vontade política que suporte uma transformação profunda e reforma do Estado. África precisa de Estados fortes de direito democrático e muita da base material que pode sustentar essa reforma provém de instituições internacionais cujos compromissos nem sempre são previsíveis.

Ficou bem patente a importância dos Estados que compõem o espaço CPLP terem a vontade política para delegar competências suficientes ao Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) para que este possa desempenhar um papel ativo de coordenação e concertação das posições dos países em diversos *fora* internacionais e multilaterais. Trata-se de catalisar potenciais, os quais constituem oportunidades ímpares dada a natureza e presença única da configuração dos países CPLP.

Um clima de esperança com a tónica na nova visão para a CPLP partilhada pelo SECPLP através de uma agenda de diálogo inclusivo, assente no Homem e na coordenação de políticas de capacitação e troca de conhecimento destinadas a setores como a educação, saúde, ciência, tecnologia e



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



CPLP

inovação e uma tónica especial na segurança alimentar e no setor agrícola. Este tema foi, de resto, alvo de uma atenção especial por parte de alguns dos oradores e também da audiência.

A conferência encerrou com uma nota de otimismo, apelando à união de vontades e prometendo a continuação dos debates e esforços no sentido de melhorar as condições de desenvolvimento.